

Revista de Teorias e Práticas Educacionais



Online ISSN 2318-4760

RTPE

6(1)

Janeiro/ Março
January/ March

2015



Título / Title: Revista de Teorias e Práticas Educacionais
Título abreviado/ Short title: Rev. Teor. Prát. Educ.
Sigla/ Acronym: RTPE
Editora / Publisher: Master Editora
Periodicidade / Periodicity: Trimestral / Quarterly
Indexação / Indexed: Latindex, Google Acadêmico
Início / Start: Outubro, 2013/ October, 2013

Editor-Chefe / Editor-in-Chief:

Prof. Dr. Mário dos Anjos Neto Filho [MS; Dr; PhD]

O periódico **Revista de Teorias e Práticas Educacionais – RTPE** é uma publicação da **Master Editora** para divulgação de artigos científicos apenas em mídia eletrônica, indexada à base de dados **Latindex** e **Google Escolar**.

Todos os artigos publicados foram formalmente autorizados por seus autores e são de sua exclusiva responsabilidade. As opiniões emitidas pelos autores dos artigos publicados não correspondem necessariamente, às opiniões da Master Editora, do periódico **RTPE** e/ou de seu conselho editorial.

The “**Revista de Teorias e Práticas Educacionais – RTPE**” is an editorial product of **Master Publisher** aimed at disseminating scientific articles only in electronic media, indexed in **Latindex** and **Google Scholar** databases.

All articles published were formally authorized by the authors and are your sole responsibility. The opinions expressed by the authors of the published articles do not necessarily correspond to the opinions of Master Publisher, the **RTPE** and/or its editorial board.



Master Editora
The Brazilian Best Access Journals

Prezado leitor,

Temos a imensa satisfação de apresentara sexta edição, volume um,do periódico **Revista de Teorias e Práticas Educacionais - RTPE**

A **Master Editora** e o periódico **RTPE** agradecem aos Autores dos artigos que abrilhantam esta edição pela confiança depositada neste projeto. O periódico **RPTE** é um dos primeiros “open access journal” do Brasil, representando a materialização dos elevados ideais da **Master Editora** acerca da divulgação ampla e irrestrita do conhecimento científico produzido pelas diversas ciências relacionadas à área da Educação.

Aos autores de artigos científicos que se enquadram em nosso escopo, envie seus manuscritos para análise de nosso conselho editorial!

Nossa sétima edição estará disponível a partir do mês de Abril de 2015!

Boa leitura!

Mário dos Anjos Neto Filho
Editor-ChefeRTPE

Dear reader,

We have the great pleasure to show the sixth edition, volume one, of the “**Revista de Teorias e Práticas Educacionais**” – **RTPE**.

The **Master Publisher** and the **RTPE** are very grateful to the authors of the articles that brighten this edition. The **RTPE** is one of the early open access journal in Brazil, representing the materialization of the lofty ideals of **Master Publisher** about the broad and unrestricted dissemination of scientific knowledge produced by the several areas of Education.

Authors of scientific articles that are interested in the scope of **RTPE**, send their manuscripts for consideration of our editorial board!

Our seventh edition will be available in 2015, April

Happy reading!

Mário dos Anjos Neto Filho
Editor-in-ChiefRTPE

VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS CONTRA A PESSOA IDOSA

LUCINEI DOS REIS PASCAROLO, LUCILIA AMARAL FONTANARI, MARCOS EDUARDO PINTINHA.....05

PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN: A QUESTÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

MARTA CRISTINE NUNES DA SILVA MANESCO, RODRIGO CASALI10

A IMPORTÂNCIA DA PRÁXIS PARA O PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

JÉSSICA DE CÁSSIA ROSSI, ALEXANDRE LOPES 14

RELACIONAMENTO ALUNO E PROFESSOR NA ATUAÇÃO DO APRENDIZADO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

MONIZE PAULA DE MATTOS, RENATA MARIA ZANARDO ROMANHOLI 19

VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS CONTRA A PESSOA IDOSA

VIOLENCE AND ABUSE AGAINST THE ELDERLY PERSON

LUCINEI DOS REIS **PASCAROLO**^{1*}, LUCILIA AMARAL **FONTANARI**², MARCOS EDUARDO **PINTINHA**^{3*}

1. Acadêmica do curso de Pós-graduação em Políticas Públicas: Fundamentos e Gestão Social da Faculdade Ingá – UNINGÁ; 2. Professora Mestre do curso de Pós-graduação em Políticas Públicas: Fundamentos e Gestão Social da Faculdade Ingá- UNINGÁ; 3. Professor Mestre do curso de Pós-graduação em Políticas Públicas: Fundamentos e Gestão Social da Faculdade Ingá – UNINGÁ.

* Rua Paraná, 221, Centro, Rancho Alegre, Paraná, Brasil. CEP: 86290-000. lucycollection@gmail.com

Recebido em 17/02/2015. Aceito para publicação em 27/04/2015

RESUMO

O envelhecimento populacional trouxe consigo temas emergentes como os maus-tratos contra os idosos, que em decorrência de seu caráter biopsicocultural, aspira por mais estudos e investigações que apontem para soluções efetivas. A dificuldade de garantir acesso ao conhecimento de seus direitos e o exercício da sua cidadania tornam as pessoas idosas vítimas de maus-tratos e contribuem para a perpetuação da violência. Frente a este cenário, o presente estudo teve como objetivo realizar atualização da literatura através da caracterização dos tipos de violência, do perfil do agressor e da vítima, principais locais de ocorrência, indicadores, instrumentos de detecção e propostas de resolução. No desenvolvimento do estudo nos deparamos com a escassez de dados epidemiológicos e de estudos científicos atualizados que caracterizem a verdadeira dimensão do problema e das diversas faces da violência contra o idoso. Sendo assim, o trabalho possui o intuito de enfatizar a necessidade da realização de pesquisas e produções científicas, contribuindo para as condições efetivas de ações da prevenção, tratamento, assistência e condutas adequadas, tanto por parte de instituições governamentais e não governamentais e profissionais da área da saúde e outras áreas afins, garantindo políticas públicas efetivas e adequadas para uma melhor qualidade de vida dos idosos.

PALAVRAS-CHAVE: Maus-tratos ao idoso, violência ao idoso, violência doméstica.

ABSTRACT

The population aging has brought emerging themes such as ill-treatment against the elderly, that as a result of his personal and cultural characters, aspires for more studies and research point to effective solutions. The difficulty of ensuring access to knowledge of their rights and the exercise of their citizenship make the elderly victims of abuse and contribute to the perpetuation of violence. Against this background, the present study aimed to perform update of literature through the characteriza-

tion of types of violence, the profile of the aggressor and the victim, the main sites of occurrence, detection instruments, indicators and motions for resolutions. In the development of the study we encounter the lack of epidemiological data and updated scientific studies that characterize the true extent of the problem and of the various faces of violence against the elderly. Therefore, the work has the aim to emphasize the need of research and scientific productions, contributing to the effective conditions of prevention, treatment, care and appropriate conduct, both on the part of governmental and non-governmental institutions, health professionals and other related areas, ensuring effective and appropriate public policies for a better quality of life for the elderly.

KEYWORDS: Elderly abuse, violence to the elderly, domestic violence.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da população de idosos em todo o mundo deve-se ao aumento da expectativa de vida, das transformações socioeconômicas que determinaram grandes inovações científico-tecnológicas, associadas a melhores condições de vida, graças à medicina preventiva, práticas esportivas, e mudança nos hábitos alimentares. No entanto, essa conquista também gerou aspectos negativos, como o aumento da violência e dos maus-tratos contra os idosos. No Brasil, o tema começou a receber atenção apenas a partir da década de 1990, devido à constatação da mudança do perfil etário da população.

O envelhecimento é um fenômeno considerado ao mesmo tempo tanto natural como cultural e afeta a todos. Na sociedade capitalista o ser humano é considerado como força de trabalho, fonte de mais-valia ou como consumidor, “[...] o que explica as situações de desvalorização social do trabalhador que envelhece, e de pseudovalorização de outros, tanto por determinantes cultu-

rais, relações entre gerações, quanto por processos materiais de existência, sob a lógica do capital”¹.

Tendo como objetivo demonstrar os maus-tratos como os idosos, a Organização Mundial de Saúde (OMS) define maus-tratos na terceira idade como ato único ou repetido, ou ainda, como ausência de ação apropriada que cause danos, sofrimento ou angústia, e que ocorra dentro de um relacionamento de confiança. Esse cenário é atualmente uma preocupação relacionada com a saúde pública e a violação dos direitos humanos e, por não ter um fator uni causal, trata-se de um fenômeno biopsicocultural.

O estudo do envelhecimento no Brasil requer a compreensão de que a população idosa não se apresenta de forma homogênea, nem do ponto de vista da distribuição de renda e nem por faixas etárias, assim as desigualdades sociais também indicam riscos diferenciados de sofrer violência e os mais pobres são especialmente mais vulneráveis².

O país não tem conseguido assegurar uma velhice tranquila aos seus cidadãos. As agressões que chegam ao Sistema Único de Saúde (SUS) são principalmente as explícitas, mas há os casos não discriminados, como os que ocorrem no ambiente intrafamiliar, que são bastante complexos, delicados e de difícil penetração no silêncio, por envolverem relações e sentimento de insegurança, medo, conflitos de consanguinidade, proximidade, de afetividade, relações de amor e instinto de proteção em defesa do agressor.

Esta temática traz consigo um prisma velado que se estende desde o universo do indivíduo violentado à descrição científica por conta de subnotificações, além da necessidade de profundas transformações socioeconômicas, que visem a uma melhor qualidade de vida aos idosos e àqueles que se encontra em processo de envelhecimento. Com base nessas considerações, o presente estudo tem como objetivo abordar os principais enfoques do tema no contexto da literatura brasileira.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O século XXI foi o marco da importância e necessidade do estudo sobre o envelhecimento, o que gerou esse interesse foi o aumento do número de idosos em todo o mundo e as dificuldades encontradas na sociedade contemporânea, entre elas, o agravamento da violência e dos maus tratos registrados contra as pessoas idosas.

O presente estudo trata de uma pesquisa que utilizou metodologia qualitativa, a principal ferramenta empregada foi à revisão bibliográfica. A metodologia contou com somatória dos estudos identificados por meio de palavras e temas-chave relacionados à “violência e maus-tratos contra a pessoa idosa” de modo a edificar um panorama geral sobre o tema.

A análise crítica estabeleceu os argumentos mais utilizados nos artigos científicos, não esgotando ainda as possibilidades de estudo sobre essa temática tão complexa e urgente de atendimento e compreensão.

3. DESENVOLVIMENTO

Perfil da Violência

Segundo Minayo (2005)², a violência ao idoso deve ser vista sob três premissas: demográfica, sócia antropológica e epidemiológica. A primeira vincula-se ao acelerado crescimento na população de idosos e suas implicações. Na visão antropológica e cultural, a idade cronológica é ressignificação como um norteador de novos direitos e deveres, nos diferentes contextos históricos há atribuição de poderes para cada ciclo da vida, mas também faz parte da história um “desinvestimento” político e social relacionado a este segmento da população, expresso em formas discriminatórias, como o atributo de “descartáveis” e “peso social”. Já a premissa epidemiológica evidencia indicadores com que o sistema de saúde mede a magnitude da violência, utilizando o conceito de causas externas estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, em referência às resultantes das agressões, acidentes, traumas e lesões.

Para Zimmerman (2010)³ o envelhecimento ocorre de forma gradual, é um processo que tem início no nascimento, a cada dia já se está envelhecendo, pouco a pouco. As pessoas não se tornam velhas de um dia para outro, assim como não vão dormir criança e acordam adolescentes. Portanto, o idoso deve ser respeitado na sua condição, ele possui outro ritmo, outra maneira de pensar, de se locomover, aprender e adaptar-se as mudanças.

No Brasil, as informações sobre doenças, lesões e traumas de causas violentas em idosos são pouco consistentes, fato observado também na literatura internacional, que ressalta elevada subnotificação em termos mundiais, com estimativas que descrevem que 70% das lesões e traumas sofridos pelos idosos não compõem as estatísticas reais. As internações e óbitos por causas externas constituem um problema social. As violências que resultam em morte ou fraturas são muitas vezes oriundas das quedas, dos acidentes de trânsito e devido à negligência. A frequente relação entre óbitos e lesões também costuma ser expressão de vários tipos concomitantes de maus-tratos provocados por familiares ou cuidadores. Um terço dos idosos que vivem em casa e metade dos que vivem em instituições sofrem pelo menos uma queda anual².

Para Gawryszewski, Jorge e Koizumi (2004)⁴ nas internações as quedas são o principal tipo de agravo, enquanto os acidentes de trânsito são causa específica de morte. É difícil estimar em números o peso da violência contra os idosos, pois as fontes de dados são escassas, inexpressivas e não confiáveis. Isso ocorre porque o fato é oculto pelas famílias e também porque os profissionais de saúde ainda não possuem um olhar clínico para detectar o problema, gerando registros imprecisos nos prontuários hospitalares. Esta disparidade relacionada às subnotificações dos casos se acentua com o fato de o idoso não

apresentar queixa formal contra seus agressores, por se sentir inseguro e desprotegido.

Principais locais de Maus-Tratos

Segundo Araújo e Lobo Filho (2009)⁵, a violência ao idoso está presente em lugares como instituições de longa permanência, domicílios, transportes públicos, centros-dias, enfim na vida em comunidade. Em muitas sociedades, esta violência está inserida nos costumes como uma maneira "normal" e "naturalizada" de agir, permanecendo de forma mascarada nas atitudes. No entanto, onde a violência se expressa de forma mais prevalente é o domicílio - local que, em diversas culturas, é entendido como ambiente de amor, acolhimento e supostamente protetor à violência externa. Nessa relação intrafamiliar, muitas vezes emocionalmente compensada, surgem conflitos expondo o idoso ao risco de violência. Esta relação, que nos últimos anos sofre modificações em sua composição, pode favorecer "disputas pelo poder", já que diferentes gerações coabitam o mesmo domicílio, expandindo o núcleo familiar e os conflitos.

O trabalho de Florêncio, Ferreira Filha e Sá (2007)⁶ afirmam que para o idoso, a instituição de longa permanência é também considerada lugar ameaçador, considerando-se as numerosas denúncias referentes a maus-tratos. Neste ambiente, que deveria representar apoio ao idoso e a seu familiar, podem ocorrer atos ou omissões na forma de violência física, sexual, humilhações e desumanização, levando ao agravamento do quadro de saúde física e mental. Diversos indícios caracterizam maus tratos nas instituições de longa permanência, como cuidados insuficientes, falta de higiene, qualidade de vida precária, pouca privacidade, condições de trabalho ruins, configurada no esgotamento da equipe de enfermagem e dos cuidadores, no uso de medicamentos sedativos, desnutrição, desidratação, tortura, contenção, manutenção em cárcere, suicídio e até assassinato.

Para Gaioli e Rodrigues (2004)⁷, o serviço de saúde é a principal porta de entrada para os casos de maus-tratos, cabendo ao profissional de saúde realizar avaliação e abordagem adequadas para caracterização do problema, baseando-se em informações consistentes e conhecimentos sobre violência. Essas vítimas devem ser submetidas a exame físico, observando-se aspectos de higiene, vestimentas e lesões características, como hematomas, lacerações, fraturas e avaliação mental. A história clínica, social e familiar deve ser obtida de forma cuidadosa e individualizada, as vítimas podem apresentar várias reações e sintomas emocionais, comportamentais e somáticos que, mesmo sem serem patognômicos, com a suspeição, conhecimento e atenção do examinador, podem esclarecer a situação.

Segundo Grossi e Souza (2003)⁸ são vários os sinais físicos suspeitos de maus-tratos. As lesões nem sempre são recentes, pois a cicatrização do idoso é lentificada

devido à menor vascularização, menor regeneração e maior atrofia dos tecidos, podendo permanecer por meses. No entanto, quando provocadas, surgem com rapidez. Também pode haver diferentes estágios de cicatrização, devido a agressões repetidas, apresentação característica do padrão do instrumento utilizado na injúria, localização em locais incomuns e apresentação na forma de fraturas de dentes, nariz e outros ossos com evidência radiológica antiga e de desalinhamento.

Os indicadores que podem nortear a suspeição não se baseiam apenas em lesões físicas. Pode ocorrer negligência na administração insuficiente ou excessiva de medicamentos, provocando de compensações a quadros como hipertensão e diabetes, e até intoxicação grave. Perda de peso e desnutrição também é indicadores, no entanto, muitas vezes, sem ocorrer averiguação adequada desses casos. Desta forma, tanto a negligência quanto a violência física são responsáveis, na mesma dimensão, pelo sofrimento e aumento da morbidade e mortalidade desses idosos⁸.

Violência e Legislação

A violência contra a pessoa idosa ultrapassa as fronteiras do convívio social, não importando onde os mesmos estejam, são vítimas de assalto, conflitos que ultrapassam a esfera familiar, sendo frequente desde acidentes a exploração por parte da comunidade⁹. Envolvendo todo um contexto que vai desde a família até os profissionais que prestam atenção ao idoso, bem como o sistema de saúde que presta cuidados procurando abarcar as implicações que a situação do idoso violentado acarreta¹⁰.

Para Faleiros (2004)¹¹ a violência é explicada por uma relação desigual que implica negação, diferença, tolerância e oportunidades que se refletem em perdas, com atos que transgridem normas sociais de boa convivência, bem como a manutenção de direitos que se fundamentam nos direitos humanos. Esse autor realizou uma pesquisa relacionada à violência contra a pessoa idosa no Brasil no período de 2005 a 2007, salientando que, devido a não existência de um funcionamento em rede, com relação aos casos de violência, existe uma lacuna entre denúncia e uma possível resolução. O que pode ser explicado por ainda não haver uma articulação precisa entre as políticas para a pessoa idosa, acompanhamento da denúncia e a não prioridade das políticas, tanto em nível local, como estadual.

Sousa (2004)¹² descreve que é dever da família e do Estado colaborar para uma velhice digna. A família deve ser conscientizada de seu papel em relação à tutela jurídica e amparo, já que o Estado não poderá sozinho oferecer tal subsídio. Na literatura os maus-tratos aos idosos são identificados de diversas formas, tais como:

✓ **Maus-tratos físicos:** usos da força física para compelir os idosos a fazerem o indesejado ferem-nos, provocar-lhes dor, incapacidade ou morte;

✓ **Maus-tratos psicológicos:** agressões verbais ou gestuais objetivando aterrorizar, humilhar, restringir sua liberdade ou isolar do convívio;

✓ **Abuso financeiro ou material:** exploração imprópria ou uso não consentido de recursos financeiros patrimoniais;

✓ **Abuso sexual:** ato ou jogo sexual de caráter homo ou heterorrelacional visando à excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças;

✓ **Negligência:** recusa ou omissão de cuidados necessários pelos familiares ou instituições. Geralmente, está associada a outros abusos que geram lesões ou traumas físicos, emocionais e sociais, em particular, para aqueles em situação de múltipla dependência ou incapacidade;

✓ **Abandono:** ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares na prestação de socorro;

✓ **Autonegligência:** idoso que ameaça a própria saúde ou segurança, pela recusa ou fracasso de prover a si próprio o cuidado adequado. São fatores de risco para a autonegligência morar sozinho, ser sexo feminino, ser portador de demência ou de distúrbios psiquiátricos, ser alcoólatra, isolar-se socialmente e possuir baixo poder aquisitivo;

✓ **Negligência social difusa:** categoria mais ampla do que a definição de negligência, por abarcar aspectos estruturais da sociedade sendo estes responsáveis pela omissão, negligência dos direitos e representatividade social de grupos historicamente estigmatizados e discriminados;

✓ **Violação dos direitos humanos:** privação de qualquer direito inalienável, como a liberdade, direito de fala e privacidade;

✓ **Abuso médico:** cuidados médicos de forma negligente ou imprópria;

✓ **Segregação involuntária:** relaciona-se ao espaço das instituições sociais que abrigam o idoso. Manifesta-se por qualquer forma de segregação em outro ambiente ou ala de um idoso residente, sem o consentimento de seu representante legal¹³.

No Brasil, a atenção à saúde dos idosos, avançou a partir da criação da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994¹⁴, regulamentada pelo Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso - PNI. Esta Lei, em seu artigo 10, inciso II – na área de saúde, alínea a, garante ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento. No capítulo IV define que é dever de todo cidadão denunciar maus-tratos ou negligência a essas pessoas. No artigo 10, inciso IV, esclarece que é papel da justiça promover e

defender os direitos da pessoa idosa, zelar pela aplicação de normas sobre o idoso, determinar ações para evitar abusos e lesões a seus direitos¹⁴.

A PNI procurou valorizar a qualidade de vida e a longevidade, reforçando os princípios constitucionais que asseguravam a cidadania e a plena integração social contra qualquer tipo de discriminação e maus-tratos. Depois de seis anos tramitando no Congresso Nacional, foi sancionada em primeiro de outubro de 2003 a Lei Federal nº 10.741¹⁵, que instituiu o Estatuto do Idoso. Assegurando assim, as medidas protetivas às pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos. Estabelecendo como direito dos idosos o atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; a preferência quanto à formulação e execução de políticas sociais públicas específicas; na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso; na viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; a priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência; a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos; o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento e, ainda; a garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social local¹⁵.

Determinando através desta lei que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra os idosos serão obrigatoriamente comunicados, pelos profissionais da área da saúde, a quaisquer dos seguintes órgãos: a autoridade policial local, ao Ministério Público, ao Conselho Municipal do Idoso, ao Conselho Estadual do Idoso e o Conselho Nacional do Idoso¹⁵.

Informa Falcão (2010)¹⁶, que no ano de 2006, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o dia 15 de junho como o “Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa”, considerando a violência contra a pessoa idosa uma grave violação dos direitos humanos e desrespeito à vida e a dignidade do ser humano. Confirmando assim, que se trata de um problema nacional, como internacional.

4. CONCLUSÃO

A violência contra os idosos é complexa devido as variáveis e aspectos que influenciam e contribuem para sua manifestação, como os culturais, sociais, históricos, familiares e demográficos. Na nossa realidade nacional, o entendimento da questão apresenta como complicador os entraves existentes na divulgação de dados epidemiológicos, a baixa notificação e registros dos casos de abusos

e violências contra idosos. A dificuldade da identificação da violência física e mental sofrida pelos idosos por parte das equipes de saúde, o registro e encaminhamento dos casos para a rede de atendimento. Esta situação acima exposta contribui para recorrência e perpetuação do problema.

Existem muitas tentativas para modificar esta realidade brasileira, procurando evitar que os abusos físicos, psicológicos, sexuais, financeiros, outras formas de negligências e de violência possam ser detectadas pelos profissionais dos serviços de saúde e não fiquem mais no anonimato e no interior das relações familiares, ou entre os cuidadores de idosos. E possam ser facilmente detectadas e favoreçam a prevenção precoce e alicerce novas condutas de proteção e de cuidado contra os maus-tratos a pessoa idosa. De modo que tanto as famílias, como a sociedade e o Estado possam investir em ações e políticas públicas que valorizem a vida garantindo os direitos da pessoa idosa, combatendo os maus-tratos e construindo uma sociedade mais justa, mais fraterna e igualitária para todos os cidadãos, seja a criança, o jovem, o adulto e o idoso.

REFERÊNCIAS

- [01] Teixeira SM. Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.
- [02] Minayo MCecília. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. 2 ed., Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- [03] Zimmerman GI. Velhice: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- [04] Gawryszewski VP, Jorge MHPM, Koizumi MS. Mortes e internações por causas externas entre os idosos no Brasil: o desafio de integrar a saúde coletiva e atenção individual. Rev. Assoc Med Bras 2004 jul./ago; 50(1): 97-103.
- [05] Araujo LF, Lobo Filho JG. (2009). Análise psicossocial da violência contra idosos. Psicologia Reflexão Crítica, 22(1), 153-160.
- [06] Florêncio MVDL, Ferreira Filha MO, Sá LD. (2007). A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão. Revista eletrônica de Enfermagem, 9(3), 847-857. Acesso em 22 de Nov. 2012, Disponível em: <http://WWW.fen.ufg.br/revista/v9n3a23.htm>
- [07] Gaioli CCLO, Rodrigues RAP. Ocorrência de maus-tratos em idosos no domicílio. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2008 maio/jun; v.16 (3): 465-470.
- [08] Grossi PK, Souza MR. Os idosos e a violência inviabilizada na família. Revista Virtual Textos & Contextos, n 2, ano 2, dez. 2003, p. 1-14.
- [09] Magalhães PFC, Carneiro TBS, Santos SEB. (2009). O abuso financeiro: uma violência contra o idoso. Acesso em 22 Nov. 2012, Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XV_ENABRAPSO/319.%20abuso%20financeiro.pdf.
- [10] Sanches PARA, Lebrão ML, Duarte YAO. Violência contra idosos: uma questão nova? Revista Saúde e Sociedade, 2008, 17(3): 90-100.
- [11] Faleiros VP. Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores. Brasília: Universa; 2007. 394, p. 13. Ortmann C, et al. Fatal neglect of the elderly. Journal of Legal Medicine 2001; 114: 191-3.
- [12] Sousa AMV. Tutela jurídica do idoso a assistência e a convivência familiar. Campinas: Alínea; 2004.
- [13] Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- [14] Brasil. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: MPAS, SEAS, 2001.
- [15] Brasil. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. 1. ed., Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2003.
- [16] Falção DVSA. (org.) A família e o idoso: desafios da contemporaneidade. Coleção Vivacidade, Campinas, São Paulo: Papirus, 2010.



PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN: A QUESTÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

PATIENTS WITH DOWN SYNDROME: THE INCLUSION OF SOCIAL ISSUE IN EDUCATION

MARTA CRISTINE NUNES DA SILVA MANESCO^{1*}, RODRIGO CASALI²

1. Aluna do curso de pós-graduação Formação Pedagógica para Docência da Faculdade Ingá; 2. Professor, orientador do curso de pós-graduação Formação Pedagógica para Docência e Mestre em História área de Concentração em História Região e Identidades.

* Rua Conselheiro Rodrigues Alves, 236, Centro, Botucatu, São Paulo, Brasil. CEP: 18602-310. martamanescoalmeida@hotmail.com

Recebido em 08/10/2013. Aceito para publicação em 09/10/2013

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar e compreender através da revisão de literatura, a necessidade de formação pedagógica do educador para atuar na inclusão social do educando portador de Síndrome de Down. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura com periódicos publicados no período de 1988 a 2013. A pesquisa mostra que há uma política com proposta inclusiva no Brasil que, embora imperfeita, busca orientar o caminho da inclusão. Consequentemente deve-se garantir ao educando portador de Síndrome de Down experiências que sejam fundamentais para o seu desenvolvimento, pois, dentro de suas potencialidades podem abraçar estágios muito mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva, portadores de deficiência e síndrome de Down.

ABSTRACT

This study aims to identify and understand through the literature review, the need for pedagogical training of educators to work in the social inclusion of the student carrying Down syndrome. Therefore, there was a regular with literature review published from 1988 to 2013. The research shows that there is a comprehensive proposal with politics in Brazil that, while imperfect, seeks to guide the path of inclusion. Consequently one should ensure to the student carrying Down syndrome experiences that are critical to their development, therefore, within its capabilities can embrace more advanced stages of reasoning and development.

KEYWORDS: Inclusive education, people with disabilities and Down syndrome.

1. INTRODUÇÃO

Síndrome de Down é uma cromossopatia, ou seja, uma síndrome cujo quadro clínico global deve ser explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica, no caso, a presença de um cromossomo extra no par 21, caracterizando a trissomia do 21¹. (BRUNONI, 2006).

Sendo assim, são consideradas pessoas com necessidades educacionais especiais.

É extensa a discussão em torno da inclusão dos portadores da síndrome de Down, ao mesmo tempo em que se lança como desafio para a prática pedagógica dos educadores contemporâneos.

O sistema educacional brasileiro está diante desse desafio de alcançar a educação que contemple a diversidade da condição humana. No contexto escolar, as perspectivas reincidentes na prática inclusiva em sala de aula, sendo atribuições dos profissionais da educação o compromisso da sua efetivação. Com isso, o professor é instigado continuamente a responder às novas expectativas para o processo da educação².

Atualmente, a educação tem como um dos princípios básicos a integração e a relação do professor que deve ser fundamentada, perante o aluno, na confiança e na percepção para uma interação e atuação mais profissional que vise favorecer uma melhor forma do aluno sentir, pensar e atuar enquanto tal na sala de aula³.

As características do professor têm grande influência na qualidade de ensino, onde o mesmo deve, além do domínio de conteúdo, que transmiti-lo com o fim obter uma boa relação professor/aluno no processo educacional⁴.

Recentemente, o modelo anterior de educação, vinha se caracterizando por não conduzir as necessidades dos educandos, e essa questão levou à compreensão de que havia a necessidade de empreender um novo modelo de educação que visasse diretamente as necessidades dos educandos, constituindo-se assim, no modelo atual que rege a educação brasileira⁵.

Mantovani (2007)⁶, cita o pensador Rodrigues, onde para ele a educação se coloca como um desafio, e não se resume a transmissão de conhecimento, mas num processo de interação, para isso é essencial a percepção do professor perante as limitações e habilidades dos aprendizes, envolvendo um contexto sociocultural e individu-

al.

A educação, como parte complementar do mecanismo social, também busca de maneira gradativa beneficiar uma educação inclusiva favorecendo o movimento com base no princípio legal da “educação de qualidade para todos” e conduzindo novos rumos para a sociedade².

A educação inclusiva deve permutar a prática do ensino tradicional, em que todos os alunos precisam se adequar ao método com o objetivo que todas as crianças, deficientes ou não, tenham acessibilidade e aproveitamento nas escolas independente das suas diferenças⁷.

A inclusão social de pessoas com deficiência apresenta consideráveis conquistas. Elas passaram a ter acesso ao trabalho, fazendo parte de um quadro de colaboradores, seja no âmbito público ou privado.

Com o surgimento da denominada Lei de Cotas – Lei 8213/91, permitiu a inclusão efetiva dessas pessoas no mercado de trabalho. Além disso, é perfeitamente possível visualizar a inclusão social no meio físico, com a elaboração de banheiros adaptados, rampas de acesso, guias rebaixadas, pisos táteis, sinais sonoros, etc.

A educação inclusiva no Brasil visa adentrar os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, conforme a Constituição Federal de 1988, onde o Art. 205, ressalta:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”⁸.

Cidadania é o desenvolvimento de valores, quais sejam: Solidariedade, Justiça, Tolerância. Cidadão é o que luta, clama por seus direitos, participando de decisões e convivendo em coletividade.

A educação vem para isso, para preparar crianças, jovens, adultos, deficientes ou não, independentemente da classe social que ocupa, raça ou etnia, prepará-los para exercerem com consciência o seu papel de cidadão perante o meio em que vivem.

Por esta razão é que a nossa magna carta, de 1988, se preocupou em elencar no seu artigo 205 a importância da educação, da inclusão social, e o papel do indivíduo na coletividade, exercido através da cidadania.

Para Martins (1999)⁵ não se pode exigir que a criança que apresenta deficiência se adeque às exigências escolares, mas, sim que a escola se adapte às condições dessa criança, com isso há uma maior necessidade do educador compreender seus alunos, analisar e mudar suas atitudes, suas estratégias de ensino, até que consiga obter desfecho na tarefa de ensiná-los. Para tanto, melhores condições precisam ser proporcionadas a esse educador, principalmente no preparo para desempenhar a função docente e acompanhamento técnico.

O professor neste contexto é ainda mais relevante, o mesmo possui um papel importante no processo de inclusão. As pessoas com Síndrome de Down possuem menos desenvolvimento físico e mental do que outras crianças da mesma idade e, em sua multiplicidade apresentam a deficiência mental de nível moderado cujo QI é de 20 a 49, citado pela Organização Mundial de Saúde⁹.

A Síndrome de Down tem sido assunto rodeado em matérias jornalísticas, propagandas, filmes, e novelas, o que demonstra que o tema tem sido motivo para discussões no meio social. Longe de estar equilibrado, o problema da inclusão no Brasil exige-se grandes debates, afinal, o cidadão comum necessita ser incluído com dificuldades ou não, independentemente de sua limitação.

Pessoas com Síndrome de Down são consideradas pessoas com necessidades especiais, que ultimamente estão substituindo escolas de educação especial para as escolas de ensino regular. Assim, para que ocorra a integração ou a não exclusão dos alunos é necessário trabalhar todo o contexto da escola e da sociedade, pois se a inclusão e integração não suceder efetivamente, pode acarretar em mais preconceitos com os deficientes⁷.

Segundo Silva (id.)⁷ toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades com direito a educação, devendo ser oferecido a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. São inúmeras as barreiras que surgem na sala de aula, devendo ser encaradas com a determinação e criatividade do professor, no processo de aprendizagem e educador.

Acredita-se que a inclusão do aluno com Síndrome de Down seja mesmo desafiador, mas analisar a sugestão de inclusão é o que faz toda a diferença na maneira de como exercer e colaborar para que a inclusão realmente aconteça, oportunizando uma melhor qualidade de educação para todos os alunos.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo identificar e compreender através da revisão de literatura, a necessidade de formação pedagógica do educador para atuar na inclusão social do educando portador de Síndrome de Down.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura de acordo com os objetivos propostos para a seleção dos artigos utilizou-se acesso *on-line* a base de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

A revisão de literatura é a apreciação realizada pela resenha da informação disponibilizada por diversos estudos pertinentes sobre um determinado tema, reunindo o conhecimento existente e a conclusão do assunto de interesse¹⁰.

A busca pelos artigos foi limitada pelo período de 1988 a 2013, utilizando-se as seguintes palavras: educação inclusiva, portadores de deficiência, síndrome de Down. Os critérios de inclusão das referências para a

presente revisão foram: artigos completos publicados em português e disponível eletronicamente. Os critérios de exclusão foram artigos com ano de publicação inferior ao ano 1988 e idioma estrangeiro. Após os critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 13 e em seguida a leitura foi realizada na íntegra.

3. RESULTADOS

Segundo Carvalho e Viana (2009)¹¹ educar não é transmitir ou transferir conhecimento, e sim cooperar para pensar bem, contribuir para o surgimento de novos hábitos de pensamento, sentimento e ações. Para Maissiat e Carreno (2010)¹² no processo de ensino o professor é um facilitador de conhecimentos, onde a prática-pedagógica não está voltada ao reproduzir saber e, sim a trocar conhecimentos.

Portanto, nota-se várias situações de aprendizado no processo de ensino aprendizado entre aluno e professor, como saber ouvir o aluno, manter diálogo, possuir iniciativa afim de obter a troca de experiência para uma melhor qualidade de ensino.

A educação inclusiva no Brasil tem o escopo de inserir os alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, alicerçando-se na Carta Magna de 1988, no qual em seu artigo 5, garante a todos o direito à igualdade. Já em seu artigo 205, versa sobre o direito de todos à educação propondo o “*pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”⁸.

Para tanto, a inclusão necessita de mudanças de valores na sociedade e a vivência de um novo desafio, que não ocorre com simples recomendações ou cumprimento de leis, mas sim com o conhecimento de reflexões dos profissionais da educação, pais, alunos, e comunidade, levando em conta a realidade de cada pessoa e o contexto social na qual está inserido¹³.

De acordo com Santin e Zych (2012)¹³ até a década de 1950, não era questionada a educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil, a qual iniciou-se somente no século XIX, em que a educação especial teve maior atenção das instituições educacionais e dos órgãos do governo.

A partir de junho de 1994, a inclusão teve seu marco histórico, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, na qual 92 países assinaram o documento, que tem como principal finalidade: “Todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem”¹⁴.

Os bons resultados diante desse trabalho se faz necessário ser em conjunto, com a equipe pedagógica, família e sociedade, com o objetivo de proporcionar qualidade ao indivíduo, com melhores oportunidades na sociedade.

Vale mencionar as políticas educacionais do MEC ao dispor sobre educação inclusiva – Lei 10.172/2001, que trata sobre a flexibilidade e a diversidade que cabe à educação especial e a Resolução n. 2/2001, aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a qual inaugura para os sistemas escolares a instigação de se organizar para integrar os alunos e cuidar de suas necessidades educacionais especiais. Assim, no Brasil consolidou-se em Lei o princípio de que a escolarização da criança com necessidades educacionais especiais deve ocorrer, preferencialmente em escolas regulares e com atendimento de qualidade¹⁵.

Para Silva (Op. Cit., 2009)² a predisposição dos professores frente a diversidade tem um papel fundamental na compreensão individual de cada aluno, auxiliando nos obstáculos já existentes. Porém, nem sempre esses profissionais estão preparados para tal desafio, pois diversas vezes está relacionado a sua formação inicial, que necessita de atualização contínua diante das exigências da educação inclusiva.

O novo modelo do sistema educacional exige professores dinâmicos, criativo, a fim de construir uma rede de interações, com um trabalho contínuo (SILVA, id.)². Já Saad (2009)⁹ educar uma criança portadora de Síndrome de Down exige além de integração, um momento que possa ser individualizado, afim de identificar as dificuldades de cada aluno.

Para Bazílio e Hansel (2013)¹⁵, a escola é a local responsável pela passagem da vida particular e familiar para o domínio público, tendo assim função social reguladora e formativa para os alunos, não havendo discriminação, diferenciação ou preferência adotada para promover a integração social, e sim o direito à igualdade dessas pessoas; sendo essas escolas um dos principais espaços de construção de cidadania com papel fundamental em seu desenvolvimento.

As escolas ainda não estão aptas para receberem crianças com deficiência, mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da educação ainda há barreiras que intervêm no aprendizado do aluno especial; essas barreiras não existem somente para pessoas com deficiência.

Diante das afirmações dos autores, nota-se que é importante renovar e inovar, sendo indispensável obter interesse, estímulos e incentivo institucional em que se atua para obter essa mudança na vida social do indivíduo portador de Síndrome de Down.

4. CONCLUSÃO

A pesquisa mostra que há uma política com proposta inclusiva no Brasil que, embora imperfeita, busca orientar o caminho da inclusão. E, mesmo que não se estabeleça o ideal, o inédito viável, com a inclusão como prática, pode declarar-se um sonho possível.

O aluno com Síndrome de Down, assim como os demais indivíduos, tem direito à educação e esta precisa

acontecer em um ambiente comum a todos, onde possa operar a sua cidadania, construir os seus conhecimentos e interagir com o grupo adaptando-lhe, sempre que necessário atendimento educacional especializado.

Por sua vez, podem e devem estar no ensino regular e merecem mais cuidado, intervenção e cautela em algumas áreas, quais sejam: percepção, atenção, memória, aspectos psicomotores, leitura e escrita, lógico-matemática, linguagem, atividades cotidianas, assim como nos aspectos sociais, afetivos e emocionais.

O processo de desenvolvimento do discente com Síndrome de Down geralmente é bastante semelhante ao dos alunos sem a síndrome. As etapas e as grandes evoluções são atingidas, embora em um ritmo mais lento. Consequentemente deve-se garantir a esse educando experiências que sejam fundamentais para o seu desenvolvimento, pois, dentro de suas potencialidades podem abraçar estágios muito mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- [1] (Brunoni, 2006).
- [2] Silva BKL. Inclusão escolar de uma criança com síndrome de down. Congresso Nacional de Educação.v. 4, n. 26. 2009.
- [3] Fernandes CNS. Refletindo sobre o aprendizado do papel de educador no processo de formação do enfermeiro. Revista latino americana enfermagem, v.12, n.4, P.691-3, 2004.
- [4] Friedlander Mr, Moreira MTA. Formação do enfermeiro: características do professor e o sucesso escolar. Revista Brasileira Enfermagem, v.59, n.1, p.9-13, 2006.
- [5] Martins LAR. Integração escolar do portador de síndrome de down: um estudo sobre a percepção dos educadores. Revista Brasileira de Educação Especial, v.5, n.1, p.75-83, 1999.
- [6] Rodrigues J, Mantovani MF. O docente de enfermagem e sua representação sobre a formação profissional. Escola Anna Nery Enfermagem, v.11, n.3, p.494-9, 2007.
- [7] Silva E. O. Síndrome de Down: O olhar da família e da professora na educação inclusiva. São Paulo, 2011. Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2011.
- [8] Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, 1988.
- [9] Saad SN. Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de down. Revista Brasileira Educação Especial, v.9, n.1, p. 57-78, 2003.
- [10] Mancini MC, Sampaio RF. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. Revista Brasileira fisioterapia, v.10, n.4, p.361-472, 2006.
- [11] Carvalho RS, Viana L De O. A formação do enfermeiro docente do ensino médio profissionalizante na relação com o princípio da interdisciplinaridade. Enfermaria Global, n.15, 2009.
- [12] Maissiat GS, Carreno I. Enfermeiros docentes do ensino técnico em enfermagem: uma revisão integrativa. Revista destaques acadêmicos, n.3, 2010.

- [13] Santin AAC, Zych AC. Apoio familiar na inclusão de crianças com Síndrome de Down no ensino regular. 4º Congresso Internacional de Educação Pesquisa e Gestão. Educação Inclusiva: Desafios e possibilidades, 2012.
- [14] Declaração de Salamanca. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas. Brasília: UNESCO, 1994.
- [15] Bazílio LS, Hansel AF. O Processo de Inclusão do Aluno com Síndrome de Down no Ensino Fundamental. 5º Congresso Internacional de Educação Pesquisa e Gestão. Educação Inclusiva: Desafios e possibilidades, 2013.



A IMPORTÂNCIA DA PRÁXIS PARA O PROFESSOR DO ENSINO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

THE IMPORTANCE OF PRAXIS FOR TEACHERS OF TECHNICAL EDUCATION IN NURSING

JÉSSICA DE CÁSSIA ROSSI¹, ALEXANDRE LOPES²

1. Professora do curso de Comunicação Social na Universidade Sagrado Coração - (USC) campus Bauru, Doutoranda em Ciências Sociais pela UNESP Marília, Mestre em Comunicação pela UNESP/Bauru; 2. Aluno do curso de pós-graduação - Especialização em Docência no Ensino Superior da UNINGÁ.

* Rua Dr. José Barbosa de Barros, 1486-Apto 1032, Jardim Paraíso, Botucatu, São Paulo, Brasil. CEP: 18610-307.
alexandre.btu@bol.com.br

Recebido em 28/17/2015. Aceito para publicação em 31/07/2015

RESUMO

Devido à complexidade da sociedade contemporânea, a formação das diversas categorias profissionais existentes deve contemplar tanto o conhecimento teórico como o conhecimento prático da profissão. No caso da formação técnica em enfermagem isso não é diferente, dessa forma os docentes da área têm uma grande responsabilidade no processo de ensino aprendizagem de seus alunos. Por isso, o presente trabalho tem por objetivo encontrar na literatura temas voltados à importância da práxis dos professores que atuam no ensino técnico de enfermagem por meio de uma revisão bibliográfica. Para tanto, apresenta-se uma breve contextualização sobre, o método de pesquisa utilizado, os resultados e as principais discussões a respeito. Por fim, foram utilizados poucos referenciais que descrevessem diretamente o tema. No entanto, apesar disso, foi possível conhecer temas que abordam a área em questão e a importância da dualidade entre o conhecimento teórico e prático para o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Técnico.

PALAVRAS-CHAVE: Docência, Ensino Técnico de Enfermagem, Pedagogia, Práxis, Revisão Literatura.

ABSTRACT

Due to the complexity of contemporary society, the formation of the various existing professional categories should cover both the theoretical knowledge as practical knowledge of the profession. In the case of technical training in nursing this is no different, so teachers in the area have a great responsibility in teaching learning process of their students. Therefore, this study aims to find in the literature themes related to the importance of the practice of teachers who work in technical education in nursing through a literature review. Therefore, we present a brief background on the research method used, the results and the main discussions about it. Finally, we used a few references

that directly describe the subject. However, despite that, it was possible to know topics that address the area in question and the importance of duality between the theoretical and practical knowledge for teaching -learning process in technical education.

KEYWORDS: Teaching, Technical Education in Nursing, pedagogy, praxis, Review literature.

1. INTRODUÇÃO

Síndrome A aproximação entre os países e seus respectivos mercados, provocados pelo Capitalismo Global, tem registrado uma série de mudanças em diferentes dimensões da realidade contemporânea. Seus efeitos têm levado a novas configurações políticas, econômicas, sociais e culturais. Para sobreviver nesse novo cenário, as organizações em geral (públicas, privadas e sociais) precisam ter uma atuação com custos baixos e de alta qualidade, necessitam ser altamente eficientes e eficazes em seu desempenho. Para tanto, reivindicam profissionais em geral, cada vez mais, competentes nesse cenário complexo¹.

Por isso, a formação educacional desses profissionais deve ser a mais adequada possível. A sociedade necessita de mão de obra que tenha um profundo conhecimento teórico e prático nas diversas áreas de atuação, a fim de que consigam lidar com situações complexas cotidianas. Ao mesmo tempo em que o profissional domina a técnica específica de sua área, ele precisa entender também de conceitos teóricos que envolvem a realização de sua prática. Desse modo, as escolas técnicas e superiores precisam ter um corpo docente com conhecimentos teóricos e práticos para ensinar aos seus alunos. Mais do que pesquisadores excelentes ou profissionais de mer-

cado de primeira linha, a globalização demanda professores que tenham o melhor da teoria e da prática^{2,3}.

Em contrapartida, a mesma globalização que exige um profissional mais completo, por outro lado, condiciona a oferta de vagas de trabalho a baixo custo, o que muitas vezes gera insatisfação destes profissionais ou recusa pelo cargo. Para tal, o mercado de trabalho muitas vezes é obrigado a ocupar tais vagas com profissionais não tão qualificados⁴.

A enfermagem demanda profissionais que precisam conciliar conhecimento teórico e prático para o exercício do trabalho. Este tipo de profissional por sua vez requer uma boa formação para que ambas sejam contempladas, seja na formação técnica ou superior. Quando nos remetemos à formação técnica, o corpo docente deste, além de possuir qualificação pedagógica deve dominar as frentes teóricas e práticas, que estejam na grade curricular do curso ou que venham surgir durante o mesmo como questionamento por parte dos alunos^{5,6}.

A formação de técnicos de enfermagem pelas escolas técnicas tem crescido nos últimos anos, o que as torna alvo de grande atenção. Essas devem garantir a formação e capacitação de profissionais para que os mesmos atendam as necessidades de mercado contemplando conhecimento teórico e prático e compromisso social. A competência da formação desse profissional (técnico) resultará na viabilidade ou não e na qualidade do seu exercício profissional frente às instituições^{7,8}.

Desse modo, acreditamos que o corpo docente das Escolas Técnicas direcionadas à formação técnica em Enfermagem, além de possuir qualificação pedagógica, deve dominar o conhecimento teórico e prático para o exercício da docência e do processo pedagógico durante o curso para a formação global do aluno.

Este estudo teve como objetivo encontrar na literatura temas voltados à importância da práxis dos professores que atuam no ensino técnico de Enfermagem por meio de uma revisão bibliográfica. Para tanto, após referirmos o método utilizado na pesquisa, apresentamos as discussões acerca dos temas encontrados nesta revisão.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada de forma sistemática uma revisão de literatura acerca de temas relacionados à dicotomia de teoria e prática de professores do Ensino Técnico.

A por revisão de literatura:

[...] trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de informações⁹.

Os referenciais teóricos foram pesquisados nos ban-

cos de dados disponíveis em: Bireme, Scielo e Google acadêmico. Nos quais levantaram-se cerca de 10 artigos concernentes ao tema.

Após este levantamento, realizou-se o cruzamento de informações que fizeram correlação da importância entre conhecimento teórico e conhecimento prático na qualificação pedagógica do professor de enfermagem.

Ao final, buscamos discutir as reflexões dos autores identificados mediante embasamento teórico pedagógico e educacional.

O período desse estudo ocorreu entre setembro 2014 a janeiro 2015.

3. DESENVOLVIMENTO

Quando referencia-se o processo educacional do Ensino Técnico, este se mostra uma das áreas que mais sofreram mudanças na última década. Alguns modelos, além de buscar a integração social do indivíduo, visam também à capacitação e a qualificação técnica de profissionais, gerando demanda de mão de obra especializada para o mercado de trabalho¹⁰. Neste processo, encontram-se modelos de escolas técnicas públicas e particulares voltadas a alunos com ensino médio completo ou voltadas para alunos que cursam simultaneamente o ensino médio integrado ao ensino técnico profissionalizante⁴. Para o ensino técnico em enfermagem, encontram-se ambos os modelos mencionados.

A enfermagem mantém forte enlace social, de comprometimento com o bem estar e manutenção da saúde, seja nas mais diversas áreas e instituições. Além da sensibilidade empregada por este profissional para o exercício do trabalho, também é preciso uma ótima qualificação técnica para o mesmo. Além disso, pode-se considerar que percepções da sociedade sobre a classe de enfermagem tem forte associação com o tipo de serviço prestado e a qualidade da atuação destes profissionais¹¹. Com isso, pode-se relacionar que o resultado da formação técnica do profissional também reflete na imagem deste ou da classe de enfermagem.

A qualidade de ensino a que estão sujeitos os alunos do Ensino Técnico é de suma importância para sua formação e para a qualidade da assistência de enfermagem nas instituições posteriormente, visto que na maioria das vezes, esta assistência tem foco principal à saúde e/ou cuidados dos enfermos.

Não é novidade pautas sobre assuntos relacionados à qualidade do ensino das escolas técnicas de enfermagem, que nos últimos anos, sofreu queda significativa, ocasionando a formação de profissionais despreparados para o exercício do trabalho. Essa queda na qualidade aparece, geralmente, pela veiculação das mídias sobre erros cometidos por tais profissionais de enfermagem, que em sua maioria, acarreta em algum tipo de prejuízo a saúde das pessoas¹².

Esta deficiência emerge a partir do aumento desen-

freado das escolas técnicas na área da saúde, principalmente as dos cursos técnicos de enfermagem. Esse crescimento, no momento, aparece como reflexo de mudanças nas políticas de educação, pela rotatividade de mão de obra do setor e pela falta de fiscalização pelos órgãos competentes⁴.

O aluno do Ensino Técnico em Enfermagem deve contemplar conhecimento tanto teórico quanto prático, visto que estes requisitos incidirá diretamente na qualidade de assistência a enfermagem que o profissional ofertará⁴. Este tipo de conhecimento deve ser adquirido e enriquecido durante o curso técnico. Para tal, além de adequadas condições estruturais e educacionais da escola técnica a qual fornecerá o curso, é preciso um corpo docente capacitado em ambas as áreas.

Em sua maioria, o corpo docente dos cursos técnicos de enfermagem é formado por enfermeiros, o qual se espera domínio sobre a práxis. Além disso, esse domínio deve vir acompanhado de alguma qualificação pedagógica, que o auxiliará na proposta de ensino durante o curso. Com esses requisitos, esperamos qualidade satisfatória ou adequada para a formação de profissionais técnicos de enfermagem, os quais posteriormente, serão inseridos no mercado de trabalho.

A estrutura de ensino em enfermagem

Além das discussões de propostas pedagógicas e mudanças curriculares para o ensino de enfermagem⁵, o Ministério da Educação, nos últimos anos, impôs novas condições para abertura de Escolas Técnicas, principalmente as voltadas para a assistência em saúde⁴. Além disso, aumentou a fiscalização frente as denúncias de irregularidades. A mídia também se movimentou em relatar irregularidades em muitas escolas técnicas, principalmente nas de ensino técnico de enfermagem. Observa-se que em sua maioria, que as Escolas Técnicas irregulares eram instituições particulares.

Ao relatar essas condições, entende-se que esse campo, das Escolas Técnicas de Enfermagem, ficou a mercê de interesses diversos, se difundindo em interesses econômicos e de consumo; pouco se pensou na qualidade de ensino. Pode-se entender que ocorreu um interesse maior pela quantidade de valores levantados do que a preocupação sobre a qualidade de ensino e de formação do indivíduo, seja profissional ou social.

Ao observar-se além, pode-se sugerir que assim como a baixa qualidade de ensino, estruturas precárias ou inadequadas, grades curriculares insuficientes e falta de equipamentos, a formação pedagógica do corpo docente dessas escolas também é insuficiente?

Existem outras variáveis que podem influenciar na qualidade de ensino das escolas técnicas, mas no presente estudo enfatizamos questões acerca do corpo docente de enfermeiros, sua formação e preparo pedagógico.

O professor Enfermeiro

O enfermeiro professor é o mediador entre as diversas áreas de conhecimento que conceituam a Enfermagem, desta forma, o mesmo deve possuir domínio considerável para que conceitos teóricos exibidos em sala de aula sejam praticados nos diferentes ambientes de trabalho e de assistência da enfermagem¹⁰. Pode-se conferir esse tipo de prática geralmente no campo de estágio extracurricular, ao qual os alunos são submetidos e necessitam cumprir para a conclusão do curso técnico. Também é o momento oportuno para praticar procedimentos rotineiramente executados pela assistência de enfermagem no ambiente de trabalho.

O estágio em enfermagem, para alguns, é considerado um momento de tensão e de ansiedade, principalmente pelos alunos, pois é nesse momento em que se defrontam com o exercício profissional num ambiente muitas vezes desconhecido¹³. Além disso, nessa prática, não podem ocorrer erros, como por exemplo, em sala de aula ou no laboratório da escola técnica. No estágio, os alunos estão sujeitos a diversas situações, sejam elas direta ou indiretamente relacionadas com a saúde e integridade dos pacientes.

Nesse momento, o professor de estágio deve estar apto tanto para supervisionar como proceder se preciso nas práticas de enfermagem a que os alunos estarão sujeitos.

O saber e a práxis, no cotidiano da enfermagem, dimensiona todo o processo do cuidar, sendo esta, procedida de forma técnica e corretamente aplicável¹⁴. Dessa forma, acredita-se que o professor enfermeiro munido desta junção, evita explicações de teorias abstratas e empíricas, sejam em sala de aula ou no campo de estágio.

A prática pedagógica

Apesar de em alguns casos o campo de estágio ser ambiente comumente vivenciado pelo professor, o mesmo deve manter a prática de ensino quando se dirigir aos alunos. Essa relação professor-aluno, principalmente de diálogo, é fundamental para se constituir a prática pedagógica e de aprendizagem por parte do aluno¹⁵.

O professor, quando em campo de estágio, deve ter a consciência, que apesar de ser um ambiente familiar de trabalho, não pode esquecer da prática de ensino que o envolverá neste momento com os alunos. Situações, materiais, procedimentos que podem ser simples para seu entendimento, podem parecer complexas aos alunos, de forma que ele não pode abster-se do conhecimento teórico quando necessário. Por isso, entende-se sobre a importância do professor também dominar as práticas pedagógicas extra-sala, para que num processo interativo, que pode ser demorado e paciente, sane de forma completa as questões levantadas durante o estágio.

O professor, além de educador, também exerce papel

fundamental na condição de fomentador aos que procuram respostas e geram expectativas, tanto dentro do ambiente educativo, quanto as questões do mundo acerca. Para que ocorra o processo educativo “Professor/Aluno” permanente, que alimente esta práxis educativa, o mesmo deve ter uma visão ampla, que sigam além da docência, e produzam transformações na realidade social dos alunos¹⁶.

Quando o professor é provido apenas de conhecimento teórico e não prático, faz com o ambiente de estágio se torne meramente metódico, embasado somente o pouco que domina. O campo de estágio é um ambiente diversificado, com muitas possibilidades de aprendizagem, seja na forma de conhecimento técnico, prático ou social. Acreditamos que se o professor, sem conhecimento prático, se remete apenas em usar da teoria em campo de estágio, retira-se o elo da práxis do aluno, onde visualizamos um melhor entendimento por parte deste. Ficando mais dúvidas do que esclarecimentos.

Além disso, a prática do ensino por meio do estágio permite ao professor o aperfeiçoamento dos saberes docente e a formação da identidade profissional, esta muitas vezes não notada quando este apenas exerce sua profissão num ambiente prático¹⁷.

O professor enfermeiro, quando apenas voltado para sua atuação dentro do hospital, pode apenas sensibilizar-se ao conteúdo prático do seu cotidiano. Esquecendo que no ambiente de trabalho existem assuntos multidisciplinares envolvidos a sua função. Quando o professor desperta o espírito de docência, faz com que o mesmo se torne questionador do desconhecido, mesmo dentro do próprio trabalho. De forma geral, isso só tem a contribuir com seu conhecimento e sua atuação, seja na área prática ou teórica, seja quando enfermeiro seja quando professor.

4. CONCLUSÃO

A enfermagem é uma área em que as habilidades técnicas estão constantemente atreladas ao conhecimento e referencial teórico, onde seu profissional, muitas vezes, necessita oferecer assistência e realizar procedimentos de forma manual.

A qualidade dessas competências é de suma importância para o exercício do trabalho em enfermagem, visto que, o produto final deste, muitas vezes é a manutenção saúde e a integridade de enfermos.

O aluno como futuro profissional de técnico em enfermagem deve ter em seu plantel de aprendizado o experimento dessas competências, para que possa desenvolver de forma global suas habilidades dentro da área de enfermagem.

O professor, enfermeiro, da Escola Técnica será o conciliador dessas habilidades, tanto teórica quanto prática, para uma formação sem lacunas do aluno.

Pelas informações que foram levantadas nesta pes-

quisa, observou-se que pouco se tem estudado sobre a importância da práxis ao professor do Ensino Técnico em Enfermagem, mas que segundo alguns autores, essa dualidade é de suma importância para o exercício da docência.

Portanto, acredita-se que o professor da Escola Técnica necessita ser portador desse dualismo, entre teoria e prática, além de preparo pedagógico, para que assuntos pautados em sala de aula não fiquem distantes ao que remete o exercício profissional no campo de trabalho, e vice-versa.

REFERÊNCIAS

- [1]. Lucci EA. A educação no contexto da globalização. Hottopos. 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mirandum/globali.htm#Educa%E7%E3o>. Acesso Set 2014.
- [2]. Ito EE, *et al.* O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. Rev Esc Enferm USP. 2006; 40(4):570-5.
- [3]. Deluiz N. A globalização econômica e os desafios a formação profissional. Boletim técnico Senac. 1996. [Acesso set 2014] Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/303/boltec303f.htm>
- [4]. Bagnato MHS, *et al.* Ensino Médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. Rev Esc Enferm USP. 2007; 41(2):279-86.
- [5]. Scherer ZAP, Scherer EA, Carvalho AMP. Reflexões sobre o ensino da enfermagem e os primeiros contatos do aluno com a profissão. Rev Latino-Am Enfermage. 2006; 14(2):285-91.
- [6]. Turato ER. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis (RJ): Vozes; 2003.
- [7]. Aguiar RV, Cassiani SHB. Desenvolvimento e avaliação de ambiente virtual de aprendizagem em curso profissionalizante de enfermagem. Rev Latino-am Enfermagem novembro-dezembro. 2007; 15(6).
- [8]. Dantas RAS, Aguillar OM. O ensino médio e o exercício profissional no contexto da enfermagem brasileira. Rev.latino-am.enfermagem, Ribeirão Preto. 1999; 7(2):25-32.
- [9]. Marconi MA, Lakatos EM. Metodologia do Trabalho Científico. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas. 2001.
- [10]. Stutz BL, Jansen AC. Ensino técnico na área da saúde: os desafios do processo de aprendizagem. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). 2006; 10 (2): 211-21.
- [11]. Santos CB, Luchesi LB. A imagem da enfermagem frente aos estereótipos: uma revisão bibliográfica. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC00000052002000200009&script=sci_arttext Acesso Set 2014.
- [12]. Menegon VSM. Crise dos serviços de saúde no cotidiano da mídia impressa. Psicologia e Sociedade. 2008; 20(edição especial):32-40.

- [13]. Carvalho MDB *et al.* Expectativas dos alunos de enfermagem frente ao primeiro estágio em hospital. Rev Esc Enf USP. 1999; 33(2):200-6.
- [14]. Vale EG, Pagliuca LMF, Quirino RHR. Saberes e práxis em Enfermagem. Esc Anna Nery Rev Enferm. 2009; 13(1): 174-180.
- [15]. Vasconcelos AA, *et al.* A presença do diálogo na relação professor-aluno. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife , 19 a 22 set 2005.
- [16]. Lima VM. A relação professor/aluno e sua importância na práxis pedagógica da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Disponível em:
<http://www.catedraunescojea.org/GT05/COM/COM011.pdf> Acesso Out 2014.
- [17]. Pelozo RCB. Prática de ensino e o estágio supervisionado enquanto mediação entre ensino, pesquisa e extensão. Revista Científica Eletrônica Pedagógica, 2007: Disponível em:
http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/J3yAMQWorvNVHM6_2013-6-28-15-23-42.pdf Acesso Dez 2014.



RELACIONAMENTO ALUNO E PROFESSOR NA ATUAÇÃO DO APRENDIZADO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

RELATIONSHIP STUDENT AND TEACHER IN LEARNING PERFORMANCE: INTEGRATIVE REVIEW OF LITERATURE

MONIZE PAULA DE MATTOS¹, RENATA MARIA ZANARDO ROMANHOLI²

1. Aluna do curso de pós-graduação em Docência da Faculdade INGÁ; 2. Professora Orientadora, Doutora em Saúde Coletiva ; 2. Professora, Coordenadora do curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Formação Pedagógica para Docência. Doutora e Mestre em Saúde Coletiva pela FMB/UNESP.

* Rua Luiz Chiaradia 405, Vila Maria, CEP 18611-340 Botucatu, São Paulo- Brasil. matos_monize@hotmail.com

Recebido em 08/07/2015. Aceito para publicação em 05/08/2015

RESUMO

A relação professor-aluno tem sido uma das principais preocupações do contexto escola, devido sua importância no processo ensino-aprendizagem. Este trabalho teve como pergunta norteadora “qual a contribuição da literatura acerca do relacionamento aluno e professor no processo ensino-aprendizagem”? Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, utilizando como fonte de pesquisa a Biblioteca Virtual em Saúde nas bases de dados do LILACS, MEDLINE, SCIELO e CAPES entre os anos de 2004 e 2014. Foram selecionados onze artigos sendo sete excluídos. Os resultados denotam quatro categorias levantadas em relação a temática “relação aluno-professor no processo de ensino-aprendizagem” são elas: afetividade no processo ensino-aprendizagem, respeito na relação aluno/professor, diálogo na influência no ensino/aprendizagem e motivação. Deste modo, ressalta-se a necessidade de mudanças que aconteçam na escola para que educador consiga exercer seu papel, mas para isso é necessário que todos caminhem juntos, tendo a perspectiva praticada nas escolas de nossa sociedade, educando para um mundo mais igual e cumprindo assim o seu papel mais importante na educação: formar seres que possam pensar a respeito de tudo o que fazem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, relação professor-aluno, processo ensino aprendizagem.

ABSTRACT

The teacher-student relationship has been a major concern of the school context, because of its importance in the teaching-learning process. This work was guiding question "what is the contribution of the literature on the relationship student and teacher in the teaching-learning process"? This is a literature search, using as a source of research Virtual Health Library in the LILACS, MEDLINE, SCIELO and CAPES between the years 2004 and 2014 were selected eleven articles seven deleted. This study show four categories raised regarding the theme "student-teacher in the teaching-learning process" they are:

affectivity in the teaching-learning process, respect in the student/ teacher dialogue in influence in teaching/ learning and motivation. Thus, it emphasizes the need for changes that happen in school so that educators can play a role, but this requires that all walk together, with the prospect practiced in schools of our society, educating for a more equal world and fulfilling so its important role in education: to form beings who can think about everything they do.

KEYWORDS: Education, teacher-student relationship, the learning process.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente inúmeros estudos vêm focando sobre aspectos relacionados com o comportamento do professor na formação do aluno, estabelecida através de uma ligação contínua, estreita e extensa em sala de aula, e que considera que é a criança integral que vai para a escola e não uma parte de seu intelecto.

Segundo Freire (1996)¹ as relações entre professor/aluno/conteúdo não são estáticas, mas dinâmicas, pois se trata da atividade de ensino como um processo coordenado de ações docentes. Em seu livro o autor deixa claro que a relação professor (opressor) e aluno (oprimido) ou vice-versa têm a finalidade de que a relação professor-aluno nesse processo de ensino-aprendizagem gira em torno da concepção da educação, tendo uma perspectiva de que quando todos se unirem na essência da educação como prática de liberdade, ambos abrirão novos horizontes culturais de acordo com a realidade e imaginação de todos os indivíduos, seguido das diferentes culturas de cada um.

Nesse sentido, podemos antever a importância de conceber o processo de ensino-aprendizagem como espaço de relação e delinear perspectivas analíticas interessantes. Um grupo de alunos e seu professor estão

mergulhados em diferentes possibilidades interativas.

Conforme Gadotti (1999)² o professor para colocar o diálogo em prática, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, e sim na posição de quem não sabe de tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida.

Sendo assim, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender surge a partir que o professor faça despertar no aluno a curiosidade e o mesmo acompanhe suas ações no desenvolver das atividades³.

É importante lembrar que o trabalho do professor em sala de aula consiste em agir como intermediário entre os conteúdos da aprendizagem e atividade construtiva para assimilação, isto é, facilitando o processo de aprendizagem, no intuito de abrir novas experiências ao aluno, procurando compreendê-lo numa relação empática, entendendo os sentimentos e os problemas de seus alunos, tentando levá-los à autorealização⁴.

Segundo Freire (1996)¹, o bom professor é aquele que consegue trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é um desafio e não uma cantiga de ninar.

A existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre professores e alunos para que se desenvolva a leitura, escrita, a reflexão, a aprendizagem e pesquisa autônoma é importante, mas, tais sentimentos não podem interferir no comportamento ético de seu dever como professor, isto é, melhorar a nota do aluno para que o mesmo não fique de recuperação devido sua amizade com aluno. Esse tipo de atitude não deve fazer parte do seu comportamento e ética⁵.

Logo, a relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles.

Diante dessas considerações e da relevância do tema para a prática profissional surgiu o interesse e a necessidade de pesquisar junto à literatura especializada, publicada na última década sobre o relacionamento aluno e professor no processo ensino-aprendizagem.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O método adotado neste estudo foi a revisão integrativa da literatura, na qual formulou-se a seguinte questão norteadora: Qual a contribuição da literatura acerca do relacionamento aluno e professor no processo ensino-aprendizagem?

Realizou-se a busca pelo acesso on-line nas bases de dados LILACS (Literatura Latino Americana em ciências de Saúde) e SCIELO (*Scientific Electronic Library online*) do sítio da Biblioteca Virtual em Saúde e

MEDLINE (*National Library of Medicine*, Estados Unidos) do sítio da CAPES (coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de ensino superior), compreendidos entre 2004 a 2014, publicados em português, inglês e espanhol, com os resumos e artigos completos disponíveis nas bases de dados selecionadas. O período da busca ocorreu de novembro a janeiro de 2015. Os descritores utilizados foram: Educação, relação professor-aluno, processo ensino aprendizagem.

Foi realizada a leitura do título e do resumo de cada artigo identificado, frente a pergunta norteadora. A análise de conteúdo foi o referencial metodológico e Bardin (1977)⁶ que permitiu organizar todo o conhecimento em categorias. Após a leitura na íntegra de cada artigo e a análise descrita a seguir o estudo constituiu de 11 artigos. A análise se desdobrou em três fases: pré-análise, exploração de material e interpretação⁶.

Pré-análise: Foi realizado uma leitura flutuante, procurando verificar se os trabalhos realmente respondiam à questão norteadora.

Exploração do material: Nesta fase, o material foi codificado, ou seja, submetido a “um processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”. Para a organização realizou-se: - o recorte (escolha das unidades de significação); - a classificação e agregação (categorização). Para proceder ao recorte do material, tornou-se necessária a leitura do mesmo e a demarcação dos “núcleos de sentido”, ou seja, das unidades de significação. Essas unidades podem ser chamadas de unidades de registros, que nada mais são do que um segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base, visando à categorização. No caso de uma análise temática, o tema é a unidade de significação, que se libera naturalmente de um texto analisado. Logo, fazer uma análise temática consiste em descobrir os temas, que são as unidades de registro nesse tipo de análise e que corresponde a uma regra para o recorte. Após o recorte, as unidades de significação foram classificadas e agregadas em categorias.

Finalizando com o tratamento dos resultados obtidos, a inferência e a interpretação: nesta fase optou-se por trabalhar na linha qualitativa, por meio de significados, ao invés de inferências estatísticas⁷. Dentre as categorias levantadas no trabalho, apresenta-se neste artigo, a produção do conhecimento relativa apenas a temática “relação aluno-professor no processo de ensino-aprendizagem” reunindo quatro categorias, sendo elas: afetividade no processo ensino-aprendizagem, respeito na relação aluno/professor, diálogo na influência no ensino/aprendizagem e motivação.

Para os critérios de inclusão utilizaram-se onze artigos que viessem ao encontro dos unitermos/ tema independentemente da língua escrita e para os de exclusão

sete não foram usados por estar fora do período anteriormente mencionado.

3. DESENVOLVIMENTO

Quanto a característica dos estudos incluídos, a Tabela 1, mostra o tipo da categoria levantadas no trabalho, ano e nome do autor.

Mostrando que a categoria que mais aparece seria afetividade, em seguida diálogo, motivação e respeito.

Quanto ao ano de publicação em relação aos onze artigos estudados, três artigos foram publicados em 2005, dois em 2006, um em 2007, dois em 2008, um em 2010, um em 2012 e um em 2013.

Tabela 1. Características dos estudos em autor, ano e tipo de categoria.

Nº/ artigo	Autores	Ano	Categoria
1	NUTO <i>et al.</i>	2006	Respeito e afetividade
2	MAYONEY; ALMEILDA	2005	Afetividade
3	MIRANDA	2008	Afetividade
4	PRETTE; PAIVA	2005	Afetividade
5	SILVA; NAVARRO	2012	Afetividade
6	TACCA; BRANCO	2008	Afetividade
7	VERAS; FERREIRA	2010	Afetividade
8	VASCONCELOS <i>et al.</i>	2005	Diálogo
9	CERQUEIRA	2006	Diálogo
10	MAZZIONI	2013	Diálogo
11	MORAES; VARELA	2007	Motivação

Categoria 1:

Respeito na relação aluno/professor no processo ensino/ aprendizagem (1)

Em um estudo realizado em quatro cursos de odontologia no Nordeste com alunos e professores do curso, mostrou através da entrevista semiestruturada, que o autoritarismo presente na relação professor-aluno e baixa autoestima proporcionada pelo processo ensino-aprendizagem dificultam o desenvolvimento afetivo do aluno consigo mesmo, por isso a necessidade do respeito entre aluno e professor, pois, o aluno irá possuir uma maior abertura para tirar suas dúvidas sem receio de ser repreendido desenvolvendo segurança durante suas atividades clínicas.

Para isso, é fundamental o desenvolvimento do diálogo e da autoestima na relação professor aluno, buscando-se o equilíbrio psicoemocional e ambiental do educando⁸.

Categoria 2:

Afetividade na relação aluno/professor no processo ensino/ aprendizagem (1-7)

Em seu estudo de revisão de literatura Mayoney & Almeida (2005)⁹ apontam como o processo ensino-aprendizagem é recurso fundamental do professor: sua compreensão e o papel da afetividade nesse processo é um elemento importante para aumentar sua eficácia, bem como para a elaboração de programas de formação

de professores. Eles mostram que no pólo de ensino o professor tem que atingir alguns objetivos como: confiar na capacidade do aluno, promover o desenvolvimento do aluno.

Miranda (2008)¹⁰ caracteriza a afetividade como um fator muito importante para o desenvolvimento e para a construção do conhecimento para ser humano, pois, através da afetividade o aluno se desenvolve, aprende e constrói mais conhecimentos.

Pesquisas têm mostrado que as crenças, sentimentos, motivações e habilidades dos professores influenciam e são influenciadas por suas ações e interações educativas junto aos alunos, bem como pelos resultados em termos de rendimento acadêmico e desenvolvimento cognitivo e emocional desses alunos. No outro pólo, o aluno é também um complexo de sentimentos, motivações e crenças que afetam seu próprio rendimento escolar e podem estar associados, de diferentes maneiras, às ações do professor^{8,11}.

Em outro estudo mostra a importância do educador sabe se posicionar como um mediador, organizador do tempo, do espaço, das atividades, dos limites, das certezas e até das incertezas do cotidiano do educando em seu processo de construção de conhecimento. Como os autores apontam, ensinar requer amor, dedicação, bom relacionamento com o outro e vontade de dividir conhecimento com quem busca o saber. Tudo isso representa um desafio para que possamos nos comprometer em oferecer as nossas crianças uma educação com mais qualidade, e, acima de tudo, com mais afetividade¹².

O fracasso escolar é um fenômeno persistente que exige análises empíricas e teóricas acerca dos processos de significação envolvidos na dinâmica das interações professor-aluno relacionados com as relações ensino-aprendizagem. Foi realizado um estudo que analisou a interação de fatores socioculturais com a participação ativa do indivíduo, destacando a unidade cognição-afeto em duas turmas de segunda série do ensino fundamental. Na qual, verificou-se que os processos interativos atuam como mobilizadores da construção do conhecimento ao longo de convergências e divergências nas interações, especialmente nas negociações quanto aos objetivos e desenvolvimento de atividades pedagógicas. Apontando que o fato dos processos de significação estar apoiados na metacomunicação e na unidade cognição-afeto, que direcionam as possibilidades de aprendizagem¹³.

Veras & Ferreira (2010)¹⁴ investigaram como a postura do professor em sala de aula, tem implicações sobre a experiência de aprendizagem positiva de estudantes universitários, em uma turma do 1º período e outra do 3º período do curso de Graduação em Pedagogia, de uma universidade pública situada na cidade de Recife-PE. Realizaram quatro observações em cada uma das turmas investigadas e entrevistas semiestruturadas com quatro professores e oito alunos, sendo quatro de cada turma.

Os dados foram sistematizados em dois temas, a saber: (I) Postura do professor em sala de aula e a experiência de aprendizagem do aluno; (II) Aspectos positivos e negativos na relação afetiva entre professor-aluno em sala de aula. Na qual, os resultados apontaram que quando os professores e alunos contribuem para uma relação afetiva positiva, isso implica em uma experiência de aprendizagem favorável.

Categoria 3:

Diálogo na relação aluno/professor no processo ensino/ aprendizagem (8-10)

Em uma pesquisa que abordou o processo de interação entre professor-aluno e suas implicações na aprendizagem com base em enfoques literários, psicológicos, sócio-históricos e afetivos envolvidos pela pedagogia dialógica de Freire, na qual educador e educando desenvolvem uma relação de respeito horizontal. Com o objetivo de analisar como se processa a relação professor-aluno baseada no diálogo, suas implicações e eficácia no processo educativo realizaram-se em estudo teórico, seguido de entrevistas com alunos/as e professoras, em que se pesquisou junto aos mesmos, o prazer da educação, as oportunidades de diálogo e os laços de afetividade na interação. Resultados apontaram grande contradição entre as entrevistas e as observações. As entrevistas com as professoras, alunos e alunas indicaram a presença do diálogo no cotidiano escolar e sua influência nas atividades pedagógicas desenvolvidas, contudo as observações apontam para um esquema antidialógico, ou seja, uma relação vertical no qual o diálogo é utilizado como instrumento de coação por parte das professoras, resultando uma comunicação insuficiente e consequentemente uma relação professor-aluno deficitária¹⁵.

Já no estudo de Cerqueira (2006)¹⁶ aponta que o aprender resulta do diálogo entre o saber e o conhecer, que passa por uma relação de empatia entre quem aprende e quem ensina. Mostrando que a relação referida é dialética entre os processos de ensinar e aprender, pois é o contexto que favorece que a verdadeira aprendizagem ocorra, resultante desse sentimento de identificação entre os pares, que é o ponto de apoio para a escuta sensível.

Em outro estudo em que objetivo era compreender as estratégias de ensino-aprendizagem mais significativas a partir das perspectivas dos alunos com aquelas utilizadas pelos professores do curso de graduação em Ciências Contábeis, apontou uma convergência de estratégias preferidas pelos universitários pesquisados com aquelas utilizadas pelos docentes, sendo o diálogo uma das maneiras de passar o aprendizado¹⁷.

Categoria 4:

Motivação na relação aluno/professor no processo ensino/ aprendizagem (11)

Em um trabalho desenvolvido com foco no fator motivação do aluno no processo ensino-aprendizagem, voltado em específico para crianças da primeira série do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada na cidade de Londrina-PR, foi levantado o conhecimento, através de referencial teórico, dos fatores que levam a motivação, possibilitando a conhecimento da origem da desmotivação e a verificação do professor e da família neste processo. Na qual, os resultados apontou alternativas para estimular a motivação dos alunos, tais como: o direcionamento às necessidades práticas da sobrevivência, cada vez mais acirrada e competitiva nos dias de hoje; a importância da conscientização pedagógica destas necessidades; a importância do acompanhamento personalizado de cada aluno pelo professor, de forma a poder direcioná-lo adequadamente; a importância de existir um projeto coletivo escolar com esta visão; o acompanhamento personalizado permite detectar tempestivamente qualquer alteração comportamental do aluno, possibilitando a tomada de medidas preventivas de apoio e resgate do aluno e ainda detectar excessos de cobrança com relação à sua capacidade, muito frequente no meio familiar e às vezes também no educacional¹⁸.

4. CONCLUSÃO

Diante dos resultados encontrados evidenciou-se que dentre as categorias levantadas na produção do conhecimento relativa apenas a temática “relação aluno-professor no processo de ensino-aprendizagem” foram: afetividade no processo ensino-aprendizagem, respeito na relação aluno/professor, diálogo na influência no ensino/aprendizagem e motivação.

Mostrando a necessidade que deve-se pensar em escola como um ambiente atrativo para os professores, alunos e os profissionais nela atuantes, para que estes possam se sentir convidados a participar desta atmosfera de conhecimento que dia após dia é construída por professores e alunos, aproveitando o conhecimento prévio que é trazido por todos. É preciso que os docentes reinventem e reencantem a educação, tendo como foco uma visão educacional, usufruindo do conhecimento já construído e produzindo novas experiências no processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

Portanto deve se considerar a relação entre professor/aluno junto ao clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir, discutir o nível de compreensão dos mesmos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Sendo assim, a participação dos alunos nas aulas é de suma importância, pois estará expressando seus conhecimentos, preocupações, interesses, desejos e vivências de movimento podendo assim, participar de forma ativa e crítica na construção e reconstrução de sua cultura de movimento e do grupo em que vive.

Desse modo, mostra a necessidade de mudanças que

aconteçam na escola para que educador consiga exercer seu papel, mas, para isso é necessário que todos caminhem juntos, tendo a perspectiva praticada nas escolas de nossa sociedade, educando para um mundo mais igual e cumprindo assim o seu papel mais importante na educação: formar seres que possam pensar a respeito de tudo o que fazem.

REFERÊNCIAS

- [1] Freire P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- [2] Gadotti M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione. 1999.
- [3] Reis AR, Souza APO. Onde se esconde o Desejo de Aprender do Aluno? Disponível em www.ufsm.br/lec/01_01. Ayrton Orion. L%. HTM, 2001. Acesso em 12 de dezembro de 2014.
- [4] Silva SRC. A relação dinâmica transferencial entre professor-aluno no ensino. *Ciência e Cognição*. 2006; 08:165-71.
- [5] Siqueira DCT. Relação professor-aluno: uma revisão crítica: *Conteúdo Escola*. 2005.
- [6] Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições. 1977; 70.
- [7] Minayo MCS. *Pesquisa Social*. Petrópolis: Vozes. 2004.
- [8] Nuto SAS, *et al.* O processo ensino-aprendizagem e suas conseqüências na relação professor-aluno-paciente. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2006; 11(1):89-96.
- [9] Mahoney AA, Almeida LR de. Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. *Psicologia da educação*, São Paulo. 2005; 20.
- [10] Miranda EDS. A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem no contexto afetividade. *Encontro de Iniciação Científica. FAFIUV*. 2008; 8.
- [11] Prette ZAP, Fernandes PMLM; Del Prette A. Contribuições do referencial das habilidades sociais para uma abordagem sistêmica na compreensão do processo de ensino-aprendizagem. *Interações*, São Paulo. 2005; 10(20).
- [12] Silva OG, Navarro EC. A relação professor-aluno no processo ensino –aprendizagem. *Revista Eletrônica da Univar*. 2012; 8(3):95-100.
- [13] Tacca MCVR, Branco AU. Processos de significação na relação professor-alunos: uma perspectiva sociocultural construtivista. *Estud Psicol. (Natal)*. 2008; 13(1):39-48.
- [14] Veras RSF, Sandra PA. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. *Educ Ver. Curitiba*. 2010; 38.
- [15] Vasconcelos *et al.* A presença do diálogo na relação professor-aluno. V Colóquio Internacional Paulo Freire, Recife: UFPE. 2005; 1-12.
- [16] Cerqueira TCS. O professor em sala de aula: reflexão sobre os estilos de aprendizagem e a escuta sensível. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*. 2006; 7(1):29-38.
- [17] Mazzioni S. As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT*. 2013; 2(1).
- [18] Moraes CR, Varela S. Motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. *Revista eletrônica de Educação*. 2007; 1(01).

